



SACAVEM.

A DUAS leguas de Lisboa, na estrada que d'esta capital conduz á cidade do Porto, está assentada Sacavem, ficando ao norte do ribeiro de Friellas, ou para melhor dizer, de um braço do Tejo que entra largo espaço pelo leito d'aquelle ribeiro.

Não se distingue Sacavem nem pela sua importancia commercial ou agricola, nem pela sua população, que ascende apenas a umas 1,300 almas, em uma unica parochia, a de Nossa Senhora da Purificação, nem por gloriosas tradições, nem por venerandos monumentos, nem finalmente por agradaveis paisagens: carece até d'essas preciosas qualidades que se encontram nos arrabaldes de Lisboa, em geral; a frescura e salubridade de ares, que lhe roubam a proximidade de terrenos encharcados, e de vallas que a incuria e o desleixo tem conservado meio entulhadas.

Divide-se a povoação em alta e baixa; aquella é mais lavada de ares, e mais vistosa e alegre; esta é menos salubre, mas um pouco mais acceiada.

Construcções que mereçam mencionar-se apenas se contam em Sacavem a igreja e convento de Nossa Senhora dos Martyres, e a ponte de que fallaremos depois.

Brites da Costa, mulher de Miguel de Moura, secretario d'estado d'el-rei D. Sebastião, e depois da batalha de Alcacer-Kibir um dos governadores do reino, tendo sido miraculosamente salva, por inter-

VOL. I. — 3.^a SERIE.

cessão da Virgem, d'entre as ruinas da sua propria casa, que saltára pelos ares, em consequencia de uma terrivel explosão de polvora n'uns armazens á Pampulha, obteve, pelo valimento de seu marido, a posse de uma ermida, com a invocação de Nossa Senhora dos Martyres, que ficava contigua a uma quinta que possuia em Sacavem. No lugar d'esta ermida foi, pela referida Brites da Costa e seu marido Miguel de Moura, fundado em 1576 o convento da mesma denominação, tal qual ainda hoje existe.

Diz Brandão, na 5.^a Parte da *Monarchia Lusitana*, Livro X, Capitulo XXVII, que aquella ermida ou oratorio mandára ali erigir D. Affonso Henriques, em memoria de uma milagrosa victoria que alcançaram os christãos, em numero de mil e quinhentos, de cinco mil musulmanos, que de Alemquer, Obidos, Thomar e outras terras da Estremadura, tinham accorrido em socorro de Lisboa sitiada então pelo principe portuguez. Depois da batalha foi entrado o castello que existia n'um *têso* proximo, fazendo entrega d'elle o alcaide mouro o qual se tornou christão por uma maravilhosa visão que teve, e foi o primeiro ermitão que cuidou d'aquelle oratorio ou ermida.

Infelizmente, porém, para os apaixonados da escola milagreira, a historia do tal Bezay Zayde, (assim se chamava o alcaide) que se convertêra á fé de christo, e se fizera depois ermitão, e a da grande

OUTUBRO 16, 1852.

peleja travada junto do ribeiro de Friellas entre os guerreiros do Islam e os batalhadores de Ibn-Errik, não apparecem mencionadas sequer em documento algum contemporaneo, e só se lêem n'um certo livro de privilegios do seculo 16.^o Brandão, que parece inclinado a acreditar o facto, e assevera existir o mesmo livro no archivo da Torre do Tombo, confessa todavia que *elle contém alguns erros, como em o anno do cerco de Lisboa, no assento dos exercitos, em dizer que todos os estrangeiros eram ingrezcs, e em outras cousas accidentaes, etc.*

Os curiosos podem consultar a este respeito a *Historia de Portugal* do sr. A. Herculano, nota a paginas 508 do primeiro volume.

Já no volume IV da 1.^a Serie do *Panorama* fallámos da ponte de Sacavem, cuja construcção se enctára n'esse tempo, particularizando com louvor os arcos de ferro que aguentam o pavimento da ponte, fundidos no nosso Arsenal do Exercito com uma perfeição notavel.

Essa ponte acha-se inteiramente concluida vae em dez annos, e realmente, pela sua solidez e até elegancia, justifica os elogios que haviamos prodigalizado a quem traçára e dirigira tão importante obra.

Em tempos remotos existiu, no mesmo sitio da actual, uma boa ponte de cantaria, que veiu a cair em ruinas, por falta dos indispensaveis reparos: as necessidades do transito, que é sempre consideravel n'aquella estrada, foram escassamente suppridas por uma barca, e depois por uma ponte de madeira. No reinado da sr.^a D. Maria I, sendo secretario d'estado o célebre José de Seabra da Silva, planisou-se a edificação de uma outra ponte de tres arcos, que foi de feito delineada pelo architecto francez José Auffdiener, sendo avaliado o seu custo em tresentos mil cruzados.

Nos principios d'este seculo tentou-se novamente uma similhante construcção, que a invasão dos francezes não permittiu realisar.

Finalmente, por contracto com uma empresa particular, começou-se e concluiu-se em breve tempo esta tão necessaria ponte, que se compõe de tres arcos de ferro fundido, firmados sobre quatro pérgões, e com rodizio no centro para a passagem das embarcações, que hoje, em consequencia, de estar mui entulhado o leito do rio, apenas podem vogar até S. Antonio do Tojal, a uma legua de Sacavem.

Ha em Sacavem muitas quintas e hortas — e pela Paschoa do Espirito Santo faz-se ali uma importante feira de gados, á qual afflue immensa concurrencia.

O caminho de ferro de Lisboa a Santarem, de que se fez concessão provisoria á companhia representada pelo sr. H. Hislop, em 15 de agosto do corrente anno, deve atravessar Sacavem, onde termina a primeira secção, começando em Arroios, segundo o traçado dos habéis engenheiros inglezes encarregados da direcção d'esta grandiosa obra. Se ella se realisar, como esperamos, Sacavem deve melhorar consideravelmente de situação, apesar de algumas das suas desfavoraveis condições.

Pertencia este logar ao termo de Lisboa; por um decreto de setembro ultimo, fica fazendo parte do novo concelho dos Oliveaes.

POETAS DA ARCADIA.

I.

PEDRO ANTONIO CORRÊA GARÇÃO.

No *Menalo* — *Corydon Erimanthéo*.

No VOLUME quarto do *Panorama* encontrarão os nossos leitores a noticia completa da fundação, e pro-

gresso da sociedade litteraria, cuja memoria se honra com os primores do Garção, do Quita, e do Diniz. Não repetiremos, pois, o que está dito; mas servir-nos-ha de base. Posto que de curta duração, o periodo que abrange a escola dos arcades, exerceu grande influxo no futuro da arte, vingada por elles da baixeza do estylo e da corrupção inveterada dos imitadores da decadencia estranha.

A Arcadia fundou-se no anno de 1756, sendo os mezes de agosto e setembro empregados em compôr e discutir os estatutos, confiados á redacção de Antonio Diniz da Cruz e Silva, o auctor do *Hyssope*, e das *Odes Pindaricas* e *Anacreonticas*. O objecto da nova instituição era restituir aos diversos generos de poesia a severidade de fórmãs, a correcção classica, e a perfeição imitativa dos seculos de ouro da litteratura dos antigos, e das melhores obras nacionaes. A degeneração tinha envilecido tanto a lingua, e estancado por tal modo as fontes dos bons estudos, que se tornavam indispensaveis os conselhos, e os exemplos de uma associação dotada de forte vontade e de esclarecido talento, para com vantagem lutar contra a corrente, e salvar da obscura inundação os modelos primorosos do gosto romano, e da primeira renascença portugueza.

A existencia da Arcadia não foi longa nem tranquilla. Na ultima epocha esse resto de vida, que de longe manifestava ainda, emprestavam-lh'o os esforços de um ou outro socio, sobre tudo os de Antonio Diniz; e ao cabo de vinte annos exhalava o derradeiro suspiro, em 1776, pouco chorada e quasi nada conhecida do povo, com quem não quizera nem soubera congraçar-se, descendo ao meio d'elle.

O defeito principal dos pastores do Menalo foi preocuparem-se de mais com a fidalguia das letras, julgando que uma grande revolução no gosto é possível, e pôde consummar-se, resumindo em poucos apostolos o ensino e a propagação da nova lei. A Arcadia, nunca saiu, (e julgar-se-ia sacrilega, saindo!) do circulo restricto da imitação antiga. No theatro, na poesia, e nos outros generos, em que exerceu as suas reformas, os modelos eram sempre os livros dos auctores mortos, e a reflexão constante de idéas e costumes, que a mão do tempo tinha encerrado na urna dos seculos.

Nenhum rasgo original, similhante aos que alegam a veia jovial de Gil Vicente; nenhuma interpretação larga e profunda do sentimento humano. Todas as paixões, todos os quadros da vida e da natureza, reproduzem, na maxima parte, as recordações do bello antigo, e rara vez a expressão exacta das sensações do poeta, saudando o sublime na verdade actual. No sentido da liberdade regrada, mas necessaria, da arte, a sociedade arcadica nada adiantou; continuando a crer e a ensinar os dogmas da religião immovel, mantida pelos sectarios de Aristoteles e Boileau.

A inspiração nacional pouco lhes sorriu; e bem escassa luz conseguiu metter no carcere voluntario, aonde estes admiradores do passado sepultaram faculdades, que em vôo alto e menos preso, os teriam elevado aos amplos horisontes da revolução moderna. O povo, amando as suas tradições, os seus usos, e as suas lendas, viu passar por tanto a Arcadia, e não achou n'ella cousa que lhe attrahisse as sympathias. Ouvia-a fallar em lingua correcta dos amores de Ovidio e das lagrimas da esposa de Sicheu; escutava descripções de tormentas, e bosquejos de paisagens, que não encontrava no céu e nos sitios mais pittorescos da terra natal; cantavam-lhe os martyrios da alma, as maguas e as desventuras de personagens que lhe eram indifferentes, porque pertenciam

às saudades de civilizações extintas. Os feitos dos heróis portuguezes, mesmo celebrados na lyra orgulhosa de Pindaro, ou na casta, mas para nós já fria imitação de Horacio, esmoreciam do calor e da viveza, que em rudes metros e imperfeitas fórmulas, sabia dar-lhes a cantiga nacional, ingenua e sincera, bella naturalmente, e mais propria para fazer estremecer o seu coração com o gemido do coração de seus irmãos, pintando o enthusiasmo da gloria áquelles que o sentiam e o presavam como ella!

Entretanto as razões, que separaram o povo dos Arcades, não roubam a estes o louvor merecido pela renovação classica, que emprehenderam e assignalaram com o engenho. Se não alcançam além da sua epocha, se não levantam o espirito acima das regras criticas, postas no seu tempo como as extremas do imperio intellectual, seria iniquidade negar-lhes a palma, que lhes cortou a fama, e que ainda reverdece na sua campã. Ha factos que excedem as poses de um seculo; e que outro realisa sem fadiga. Voltaire, o engenho mais vulgarizador da Europa, regeu como despota o gosto no largo periodo, que abraçam as suas obras; e apesar d'isso viveu sujeito á severa disciplina decretada na Academia de Richelieu, e foi o executor fiel dos preceitos aristotelicos, na maxima parte dos seus escriptos. As innovações, que introduziu; os arrojões a que se abalançou, fazemos sorrir hoje; e com tudo eram arrojões e innovações reaes para a epocha em que se atreveu a commettel-os. O poeta cortesão e esmerado, que accusava de barbaro o estro de Shakespeare e se compadecia da sua arte informe, não estaria bem longe de prever o futuro proximo, que devia proclamar a supremacia do grande tragico inglez; pondo abaixo dos dramas immortaes do auctor de *Othello* e *Julieta*, as peças regulares, castigadas, e cheias de elegantes declamações do dictador de Ferney?!

A Arcadia, mesmo no circulo a que se limitou, fez serviços relevantes ás letras patrias. Se não renovou no sentido lato da palavra, purificou a poesia das maculas, que a escureciam, e exaltou-a pelo respeito da sua origem, e pela castidade das fórmulas, tirando-a da decadencia em que veiu achal-a precipitada. A frequencia e a imitação dos bons modelos restabeleceu o gosto, que tumidas e obscuras cópias tinham depravado. A lingua, corruída do cancro das locuções viciosas, tornou a mostrar a riqueza, a louçania, e os brios da lingua de Sá de Miranda, e de Camões, additada com o peculio dos seculos seguintes. Estudos variados devassaram os assumptos mais aptos para a fecundarem; variados poemas de uma correcção attica e de um lavor incomparavel, provaram que o exemplo podia justificar a doutrina. Até onde, na esphera das idéas do tempo, era possível levar a restauração, foi ella levada; e ha no seu caminho mais de um monumento que nos obriga a venerar os homens, que o ergueram. Em quanto a lingua portugueza fór sabida, e as gallas do estylo e da imaginação forem estimadas, a lyra classica do Gargão, e os versos pastoris do Quitã, hão de ser admirados como um dos mais bellos rasgos do engenho.

O Sr. D. José I, que tanto desejava, ou mais exacto, o seu ministro do despacho universal, que, em nome d'elle, tantas providencias tomou para aperfeiçoar os estudos superiores, e diffundir o ensino elementar, arrancando aos Jesuitas o monopolio da instrucção, foram bem tristes Mecenas para os cultores das letras. Exceptuando Antonio Diniz, cuja musa mais flexivel tinha caído em graça ao Marquez de Pombal, os outros Arcades, ou experimentaram os rigores da sua vingança, ou esfriaram sob o gelo da sua indifferença. Se ao principio pareceu acolhel-os

a boa sombra, se os frequentou até algumas vezes, é certo que pouco depois esta benevolencia se converteu em desagrado. Não ha memoria de mereç ou de premio concedido a homens, que Luiz XIV se não esqueceria de inscrever no seu livro das pensões litterarias, como auxiliares do grande seculo, que abriu e encerrou o seu longo reinado. A Arcadia sustentou-se por si mesma, e caiu enfraquecida pela morte dos socios mais notaveis; não nos consta que o ministro omnipotente se lembrasse de a proteger, nem tentasse dilatar-lhe os dias. O Gargão serve de exemplo para provar, que nenhuma especie de merito podia eximir da immediata repressão do marquez aquelles que julgava adversos ou pouco affectos á revolução monarchica, em que, similhante a Richelieu, e sem o querer, trabalhou mais a favor da liberdade, do que em proveito do poder absoluto, cujos esteios demoliu, arrancadas as pedras angulares, que eram a sua base.

O homem, que pelas qualidades do talento, e pela consciencia da erudição, melhor caracterizou a Arcadia, e o seu espirito foi o Gargão. Nenhum dos outros socios o igualou no acabado do lavor poetico, e na fórmula sobria e correcta dos assumptos. Debaixo dos seus dedos a lingua opulenta e docil, presta-se com propriedade a todas as exigencias do pensamento, revendo com graça e transparencia os modelos da imitação classica. Menos imaginoso do que Bocage, faltando-lhe aquella veia fogosa (irada ou terna), que fazia do cantor de *Hero* um prodigio, quando o impeto divino o arrebatava, o auctor do *Theatro Novo* e da *Cantata de Dido*, se não tinha os raptos do estro, e as grandes visões do genio, se não subia tão alto com o vôo lyrico, tambem era isento dos lapsos e das quedas, que tantas vezes precipitam a Elmano, desfeitando as formosas inspirações de poesias inesgotaveis na sensibilidade e no ardor.

Se uma comparação pudesse dar a idéa da differente indole d'estes dous grandes poetas, Bocage seria a torrente, que se despenha por alcantis, tocada de nebulosos vapores, cheia de estrondo e de grandeza, mas volvendo com as aguas troncos, ramos e limos, tudo a um tempo! O Gargão, assimilar-se-ia a essas ribeiras fundas e claras, tão proprias da nossa paisagem, que gemem por entre a fresca sombra dos arvoredos inclinados para as beijar; que engrossando tambem se enchem de poder e de magestade; mas cuja belleza mais consiste na graça, do que na força; arrastando antes flores e palmas na corrente, do que os cadáveres dos antigos cedros quebrados pela furia da sua cheia; e deve confessar-se que um não attrahe menos pelo enlevo e serenidade, do que o outro pelos rasgos audazes, e os relampagos de imagens arrojadas!

As noticias que nos restam da vida do Gargão pouco satisfazem a curiosidade que excita o seu nome, e a memoria de infortunios supportados com grandeza d'alma, e vontade firme. Pouco se sabe d'elle, e esse pouco anda confuso na tradição oral. Austero, dotado da rigidez de character, e da isenção de espirito, que rara vez deixou de provocar os rigores da fortuna, se lhe não requestou o favor dobrando o joelho, tambem se não curvou ao açoute da sua ira, nem derramou as lagrimas de uma dôr cobarde. Como elle proprio diz em uma ode, não cedeu nem se fez pallido, sentindo a mão da desdita sobre si; affrontou-a sem recuar:

Assim, assim a misera pobreza,
A contraria fortuna
Deve immovel soffrer uma alma grande
Oh, Sousa esclarecido!

Varra o crédor soberbo a pobre casa
 C'o desabrido Alcaide;
 Dorme no duro chão tão descansado,
 Como no leito brando,
 O intrepido varão, que do destino
 Prova os fataes revezes.

A reminiscencia, apropriada ao seu destino, de uma das mais famosas odes de Horacio é o quadro moral do seu espirito. Constante no infortunio, acha ainda o sorriso de outro tempo e as saudades de annos mais felizes para chasquear a pulida calva do padre Delfim e a sua caseira rebecca deixada em penhor com a loba e o bordão campestre. Convida-o a que volte, promettendo-lhe o cheiroso lombo, e a fogueira da chaminé, aonde estala a lenha, e silva a chaleira, fervendo a agua para o ponche. N'estas pinturas cheias de graça natural, em que respira o conchego do lar domestico, acham-se toques que só o pincel do Tolentino foi capaz de vencer depois.

O sr. Trigoso, na sua *Memoria sobre o estabelecimento da Arcadia e sua influencia na litteratura portugueza*, assegura em uma nota que Garção nasceu a 29 de abril de 1724 e fallecêra a 10 de novembro de 1772, depois de jazer encerrado para cima de anno e meio, expirando justamente na occasião, em que, reconhecida a sua innocencia, se lhe expedira a ordem de soltura. Sendo exacto, bem curta e atribulada foi a sua vida nos ultimos annos; sobre tudo desde que, arrancado aos braços da esposa e dos filhos, que tanto estimava, e tinha tão mimosos, se viu de repente longe d'elles e sepultado com a nota de crimes que se ignoram, e que elle proprio talvez ignorasse como nós, porque o braço do marquez de Pombal em ferir era tão prompto, como a suspeita em despontar no seu coração.

Pelo que se deprehende das suas obras, o auctor do *Theatro Novo* não viveu sempre na estreiteza de bens, a que alludem muitos dos seus versos. Houve uma epocha, em que não sentiu os cuidados da indigencia, e se pôde entregar mais desassombrado ao estudo dos poetas, que fizeram as suas delicias mesmo quando caíu na maior pobreza. Comparando certas passagens, e aproximando-as, parece rasoavel a conjectura, de que uma demanda perdida, e as penhoras resultantes d'ella, o trouxeram á penuria, deixando-lhe apenas (se deixaram) a sua casa da Fonte Santa, que era o ermo Tibur aonde o Horacio portuguez corregia com lima frequente as paginas pouco numerosas, mas ácabadas, que nos legou.

Casado e rodeado de filhos, é facil prever as amarguras e inquietações que lhe perturbavam o espirito, vendo-se com escassa renda, e com as obrigações cada dia mais augmentadas. Alguns dos sonetos e das odes, em uma zombaria sem fel, descrevem os embarços domesticos, e os meios engenhosos adoptados pelo poeta para os remediar. Uma vez quem o declara é uma letra em verso sacada sobre um amigo abastado; outras o medo ao rol dos pedreiros e carpinteiros, occupados no concerto de uma escada, é quem (diz elle) o bloqueia dentro de casa. As cabeças de alcitrão, e os buscapés da noute de Santo Antonio, fazem-no tremer, porque se acha com a bolsa exhausta, e não tem animo de o confessar aos filhos!

Que motivo deu origem á prisão do Garção, e aos rigores do marquez de Pombal? Ha diversas tradições, mas inconsistentes ou futeis, a nosso vêr. As que se fundam n'um enredo amoroso, e na traducção de uma carta, imputam ao ministro severidade mais que monastica, e essa não era da sua indole. As que se referem a segredos de estado revelados,

esquecem que não consta que houvesse nunca intimidade entre o marquez e o poeta para occorrer a inconfidencia d'este, e a indiscrípção d'aquelle. Uma opinião mais sisuda, e que julgamos mais em harmonia com as probabilidades, quer que a perseguição do Garção fosse devida a allusões dos seus versos contra o despotico governo do ministro; e talvez que ainda em cima exacerbadas com menos prudencia pela indignação natural de uma alma nobre contra a tyrannia.

Cita-se até a *Falla do Infante D. Pedro aos Portuguezes* como corpo de delicto, que o marquez apresentava contra o poeta, afim de prolongar a sua prisão. Effectivamente o assumpto era melindroso para a epocha; a recusa de uma estatua feita pelo duque de Coimbra em presença da estatua equestre de el-rei D. José I, e da medalha do seu ministro, já em si equivalia a uma satyra desfargada, ou pelo menos a uma censura indirecta. Lendo-se e meditando-se diversos trechos d'aquelle discurso, acha-se fundamento bastante para acreditar que o marquez de Pombal visse n'elle a reprehensão clara dos seus actos. Mais de uma phrase acerada, mais de uma sentença austera devia excitar o seu resentimento, porque era a critica do ministro e do monarcha. Um poema aonde se acham versos como estes, podia salvar o auctor das iras do poder?

Não queiraes offuscar minha memoria,
 Provocando-me a collocar no solio
 Um injurioso exemplo da vaidade,
 Um padrão de lisonja
 Fôra impropria
 A gloria que me daes, se n'essa estatua
 Descubrissem os seculos futuros
 As maculas horrendas da vangloria.

 Mas haja quem se lembre d'este caso,
 E quem diga, que rejeitei modesto
 As honras de uma estatua; e que estas honras,
 Quem chega com justiça a merecel-as,
 Tambem sabe atrever-se a despresal-as.

Que paralelo! Que terrivel e fulminante allusão!
 O duque de Coimbra de uma parte rejeitando a estatua, porque

. É mui pesada
 A sujeição do sceptro; e quem domina
 Não tem a seu arbitrio as leis sagradas:
 Fiel executor deve cumpril-as;
 Mas não pôde alteral-as!

O marquez de Pombal da outra levantando a *Memoria*, e antepondo a *sciencia certa e o poder absoluto* á execução fiel das leis, alteradas a seu arbitrio! Que mais era preciso para aquella voz censora ser obrigada a calar-se; para o imprudente, que ousava chegar o espelho tão perto do rosto contrahido do orgulho e do despotismo, ser tirado d'entre os homens, e sumido nas entranhas de um carcere? Por muito menos se povoaram as prisões do Forte da Junqueira!

O marquez condoeu-se por fim, e consentiu em deixar voltar o poeta para a sua pobre morada? Foi mercê espontanea d'elle, ou ordem particular do soberano? A ultima versão parece mais natural. Sebastião José de Carvalho e Mello rara vez perdoou aos que o offenderam; e a coincidencia do aviso de soltura com a morte do Garção, deixa sobre a memoria do ministro uma sombra de crueldade calculada, que só provas irresistiveis hão de destruir. Se-

ria acaso, mas no governo do secretario do despacho universal estes casos são muito frequentes. A similitude do cardeal de Richelieu, s. ex.^a não tinha boa lembrança senão para castigar!

A morte do Garção privou a Arcadia do seu esteio principal. Quatro annos depois acabava a sociedade, apenas entretida como uma apparencia de vida pelas diligencias de Diniz, que debalde procurou chamar sobre ella a protecção, que o ministro estava resolvido a não conceder. Os dithyrambos em honra do marquez, recitados em casa do morgado de Oliveira, serviriam só de fazer estremecer as cinzas de Corydon no tumulo, se podessem ouvir a bôca dos seus pastores torcendo em lisonjas a magua sincera que experimentaram pelos rigores, de que fôra victima.

Para Sebastião José de Carvalho ainda era cedo; a apologia do que ha de verdadeiramente grande no seu governo, a posteridade encarregou-se de a fazer, e tal que vive mais do que os elogios esquecidos dos vates; para a Arcadia era tarde, porque o seu logar não era aos pés do poder, e a sua missão estava consummada; a essa tambem o futuro já fez justiça.

Passemos agora á apreciação litteraria do engenho e das obras do Garção. Será o objecto do seguinte artigo.

L. A. REBELLO DA SILVA.



AS PROVINCIAS VASCONGADAS.

(NOTICIA HISTORICA.)

QUANDO OS barbaros do Norte se derramaram como impetuosa torrente pelos paizes meridionaes da Europa, os cantabros permaneceram fieis aos roma-

nos, e sustentaram rijos combates com os invasores, os quaes não poderam sujeitar os esforçados montanhas que estanceavam entre o Ebro e o Oceano. Conservaram-se independentes largo tempo, ainda que expostos aos repetidos ataques dos godos; até que Leovigildo empreheudeu a conquista d'aquelle agreste paiz. Resistiram-lhe os seus naturaes com o ordinario valor, e detiveram o impeto dos godos, que não puderam penetrar na parte central d'elle, contentando-se em occupar e fortificar varios pontos fronteiros para evitar atrevidas correrias.

Unidos allim os cantabros e godos pelos vinculos da religião, porque uns e outros abraçaram o christianismo, aggregaram-se as provincias vascongadas ao vasto imperio que a desmoralisação, a cobiza, a perfidia, e o total esquecimento da honra e do dever (flagellos que são a ruina das nações) fizeram succumbir nas margens do Guadalete.

São conformes todos os historiadores em asseverar que os barbaros não puderam penetrar no territorio vascongado, defendido generosamente pelos seus virtuosos moradores, e por muitos outros que fugindo áquella desfeita tempestade que a justiça Divina havia deseneadeado sobre a desventurada Hespanha, foram buscar nas cordilheiras septentrionaes a sua salvação, e a do glorioso nome hespanhol.

Comecam depois d'aquelles tristes successos as duvidas sobre o estado do paiz, que é o objecto d'esta resenha historica, suppondo-o uns independente, e outros como formando parte do reino que se erigiu em Covadonga: opinião, segundo nosso entender, mais provavel e fundada.

Temos fallado até aqui das provincias vascongadas em geral, porque de feito, os referidos successos são communs ás tres; e ainda que em todas as epochas se hajam distinguido com denominações particulares, é sabido que seus habitantes constituíram sempre um unico povo, sendo conhecidos nos tempos antigos pela designação de cantabros, e pela de vascongados nos modernos.

Entre a historia de Alava e a de Guipuzcoa pouca differença se nota, pois não só correram a mesma sorte, senão tambem que o nome da primeira das mencionadas provincias se tornou extensivo á segunda.

Pertenceram por algum tempo as provincias de Alava e Guipuzcoa ao reino de Navarra, e no anno de 1200 da era christã se incorporaram definitivamente á corôa de Castella. Não assim a Biscaya, que, durante alguns seculos, teve seus senhores particulares, dignidade que se considera derivada do famoso duque de Cantabria. Era possuidor do referido dominio por fins do seculo 9.^o D. Lope Zuria, a quem succederam D. Munio Lopes, que alguns chamam D. Manso, D. Lope Nunes, D. Munio Lopes, D. Lope Momes ou Nunes e D. Inigo Lopes, per antonomasia o *Surdo*, o qual vivia no principio do seculo 11.^o, e é reconhecido como senhor de Biscaya por todos os historiadores, honra que poucos outorgaram aos seus cinco predecessores, cuja existencia se tem posto em duvida.

Seguindo os senhores de Biscaya o costume geral da sua epocha davam ao successor o nome de seu avô, e assim vemos alternar-se por largo tempo na chronologia d'aquelles os nomes de Lope Dias e Diogo Lopes.

Como a historia, facho inextinguivel da verdade, não está por desgraça a coberto das paixões dos homens, que desejam escudar-se com ella, para satisfazer seu orgulho e seus odios, não é para estranhar que inimigos inconciliaveis do paiz vascongado, que de certo nenhum damno lhes fez, tenham querido

provar, ou para melhor dizermos, assentar como cousa certa, que o senhorio ou condado de Biscaya e suas duas irmãs têm constantemente soffrido estranho jugo. Para o conseguirem deram-se tratos ás palavras dos chronistas e historiadores, inverteu-se o sentido de muitas passagens historicas, e olvidou-se a critica.

E incontestavel que os senhores de Biscaya exerceram algumas vezes uma auctoridade independente dos reis de Navarra e Castella, que coadjuvaram nas guerras com os musulmanos e contra os quaes defenderam em alguns casos com as armas os seus direitos e a integridade do seu pequeno territorio.

(Continúa.)

ARCHEOLOGIA PORTUGUEZA.

INSTRUCCOES DADAS AO COADJUTOR DE BERGAMO, NUNCIO EM PORTUGAL NO TEMPO DE D. JOÃO III.

«O REI, sem o dar a saber a N. S., em tempo urgentissimo para nós e apropiadissimo para si, diz-se ter concluido um tratado de paz com o Turco, pelo qual em cada anno lhe paga cem mil ducados d'ouro ou mais. No tratado não se faz a menor menção da Sé Apostolica, nem de terras e cousas da igreja, e affirmam que sómente abrange as do imperador, sendo toda aquella negociação com concessão da Curia; contam que o imperador ficou muito desgostoso.

«As cousas de que parece que se póde tirar de Portugal grande utilidade, e para isso encarregar o nuncio de as esclarecer com informações profundas e sensatas, são as seguintes:

«Primeiro, na materia de christãos (novos?) caso não queira S. Santidade revogar absolutamente a Inquisição extraordinaria, commettendo o Santo Officio aos ordinarios, segundo a razão canonica, em que não faria cousa que não fosse santa e justa, e muito pedida, até porque animaria assim os prelados a ter sempre officiaes da «Eretica pravidade» sendo o meio e a fórma de os cercar de homens lidos, podendo cada um na sua diocese fazer melhor justiça, e tirando-se o confisco dos bens, reduzindo tudo a castigar os máus, e a deixar aos bons a fruição pacifica dos seus bens, só com o encargo de pagarem uma boa composição e subsidio para a guerra dos infieis; e os tristes não sairiam da patria, nem íriam fazer-se judeus, nem ensinariam aos infieis todos os artificios que sabem, como armas, artilheria, e semelhantes cousas; é então mais conveniente, segundo parece, reger-se isto antes por provisões particulares, do que por bullas com a concordia e limitação que se fez; em o nuncio tendo faculdade ampla de passar o breve a quem o pedir, pagando ainda que seja pequena quantia, o rendimento montaria a muito pelo numero das pessoas exceder a cincoenta mil.

«Item. Os mosteiros e bispados têm grandissimo numero de pensões e bens emphyteuticos, e estes costumam-se dar em prazos de tres ou mais vidas. E são tão desejados e cubigados dos seculares, que se N. S. os quizer conceder *in perpetuo* a quem os possue, ou a outrem, não os querendo o possuidor, ainda que seja com grande augmento para as igrejas, se tirará muito dinheiro; e pondo por condição, que se as igrejas os quizerem, deverão remir ou comprar a S. Santidade a isenção para ficarem como estão, se arrecadará ainda grande somma; o que seria por estremo vantajoso por S. Santidade colher a composição e os bens ficarem livres como d'antes ás igre-

jas. E esta negociação, tratando-a o nuncio, não em geral, mas segundo caísse á mão, não seria fóra de proposito para não confiar a ninguem o segredo d'ella.

«Item. Querendo S. Santidade conceder licença ás igrejas para trocarem d'estes bens por outros de igual valor, seriam obrigadas a pagar a mesma pensão, o que permittiria receber ainda alguma cousa, porque muitas existem a quem isto conviria, e que de boa mente pagavam.

«A composição dos commendadores de — *fructibus male perceptis* — pelos motivos acima indicados, é de grande importancia, e estão obrigados a fazel-a, ou o rei por elles, como se prova em direito: e diz-se que muitos a teriam já feito se o rei se não oppozesse por cuidar n'uma convenção com S. Santidade, semelhante á das decimas, para depois haver dos commendadores um agradecimento valioso.

«Item. Querendo o papa revogar a bulla das commendas, (que de todo o modo no Concilio será a primeira a revogar, pois que quem possui, possua em quanto vivo, e depois de morto volva a propriedade ao seu antigo estado) affirmam que o clero pagará ao rei toda a composição que se deu ao papa Leão e a S. Santidade, tanto que poderia ser uma grande parte das despezas da Hungria com summo serviço de Deos, e em seu louvor. Mas não querendo tirar nada ao rei, do que obteve do papa Leão, e se contém na bulla, se quizer reduzir as ditas commendas aos vinte mil ducados de rendimento, que são os concedidos pelo papa, e que o que excede volte ao estado primitivo, e não se dêem mais commendas; ainda por isto o clero pagará uma justissima composição, e accresce não ter de repartir nada com o rei, ficando a S. Alteza o que lhe foi concedido na bulla.

«Item. Se o nuncio levar faculdade para conceder aos padres licença de testar qualquer quantia, com uma taxa de tantos por cento, se tirará bastante dinheiro sem o menor damno da Sé Apostolica, porque ali não é como em Castella, aonde a Camara Apostolica herda o espolio, e de toda a maneira os bens são abafados e roubados, e sempre vão aos successores; e quem os houvesse por licença tel-os-ia de direito e os padres, de boa mente, para se livrarem de mil obstaculos, e beneficiarem os seus, haviam de estar pelo prompto pagamento da composição.

«Item, Julgando-se conveniente permittir ao rei os contratos sobre metaes para uso bellico com os infieis, como até agora, e absolvel-o do peccado, se tirará por isto uma grossa composição, como atraz notei, porque elle o não fará tranquillo sem ella, e o mal e escandalo da christandade é grandissimo e manifesto.

«Não seria fóra de proposito lembrar, se fosse serviço de Deus, que o nuncio levasse faculdade para dispensas matrimoniaes de — *contractu tantum* — com os limites que pudesse, e terrores do futuro, que suscitasse, pois ha immensos que para vir a Roma gastam o que têm, e lá pagariam voluntariamente para saírem do peccado. Ou então fazer notificação geral para ninguem ir a Roma sem informação do nuncio, e quem devesse vir, viria com claresa e de modo que não tivesse mais do que apresentar-se a S. Santidade e ser despachado, segundo sua justiça.

«O que o nuncio deve fazer, e a maneira de se regular na direcção dos negocios, depende mais da vontade de S. Santidade, do que de outra cousa qualquer; porém attendendo-se aos tempos, e ás necessidades d'aquelles reinos, á honra e serviço de N. S. seria opportuno andar com mais actividade que a costumada, porque os negocios d'ali, e sobretudo o dos christãos novos, exige brevidade, e mais

ainda porque d'ella se concluirá, que principalmente vae á côrte por materias de publico interesse, o que lhe augmentará a auctoridade e acceitação.

«Deverá levar consigo algum homem lido em direito e um habil extractor, porque estes dois officios são sufficientes.

«Parece-me que o nuncio deverá deitar a fama aqui, e pela jornada, de sómente ir para os fins, e com as bullas do Concilio, e cousas do Turco e perigos da christandade como é conveniente, sem descobrir o resto da sua missão.

«Tambem me parece bom que passe pela côrte do imperador, e, podendo ser, pela de França sem longa demora, para chegar depois com maior auctoridade a Portugal, vendo-se que fallou antes com os mais principes; e igualmente não seria máu ao serviço de S. Santidade, que elle, em geral, recommendasse os negocios, porque o envia, e a pessoa do seu nuncio ao imperador, pedindo-lhe que escreva ao seu embaixador para ajudar as cousas de Roma, o que lhe ha de dar valia e força, correndo a negociação unida, e podendo além d'isso o nuncio com destresa deixar suppor muito maior intimidade do que na realidade exista.

«Por nenhum caso deverá o nuncio fazer entender a sua chegada, (salvo tendo chegado) para não mostrar em nada que duvidou de o receberem ou não; porque aquella gente em vendo um receio ou hesitação logo se ensoberbece, o que n'este caso não acontecerá; mas sempre é melhor andar de longe e não criar difficuldades aonde as não ha.

«Parece que deverá trazer breves aos infantes D. Philippe, D. Henrique e D. Duarte, e ao arcebispo de Lisboa, e que os breves para os prelados sejam escriptos com auctoridade, e n'elles S. Santidade discorra — *tamquam potestatem habens*. — Assim é preciso.

«Seria bom imprimir a bulla das facultades para em tempo poder ser publicada em todo o reino, posto que parece não ser opportuno publical-a senão depois de encetadas as duas negociações principaes, a do Concilio e a das cousas do Turco.

(Continúa.)

DUAS PALAVRAS SOBRE HOSPITAES.

IV.

AS CAUSAS que, desde o anno 1097, tornaram indispensaveis em toda a Europa os hospitaes e albergarias (fallo das cruzadas) creio que deveriam actuar entre nós com muito menos intensidade, porque envolvidos em crua guerra contra os musulmanos, eram poucos todos os barões e villões, todo o esforço e hombridade de nobres e populares se requeria então, para expurgar o territorio da raça infiel que o povoava, e firmar a nacionalidade portugueza, tão contrariada d'obstaculos poderosissimos, e conquistada á força de perseverança e sagacidade politica, e a troco de innumerados sacrificios. Não faltava aqui incentivo de gloria ás ambições guerreiras, nem riqueza d'agarenos para saciar a cobiça de christãos. Não podiamos nem precisavamos de ir combater ou peregrinar á Palestina, e recolher ao paiz natal cheios de lepra. Em Portugal, de feito, não houve alistamentos para expedições de cruzados; antes vieram estes, de terras longinquas, auxiliar-nos na expugnação de Lisboa, Silves e Alcaer, rendidas depois de longa e heroica resistencia dos sarracenos.

Deviamos ter, creio eu, menos leprosos do que a

França e outros povos do Norte, onde a paixão das romagens á Terra Santa chegou a tocar o delirio, e onde, segundo alguns escriptores, o maior numero de hospitaes e albergarias foi devido áquella *febre moral*, como lhe chama o sr. A. Herculano. Parece que a França contava 2,000 d'aquelles estabelecimentos no anno de 1226, e que, logo que o fervor das peregrinações esfriára, se fechou uma grande parte d'eilles, porque não havia já romeiros que albergar.

Não digo que não houve leprosos no nosso paiz, nem que semelhante enfermidade não obrigasse a erigir hospitaes em Portugal. É sabido que antigamente se construíram muitos da invocação de S. Lazaro (*gafarias*, como lhes chamavam) os quaes eram então edificadas fóra das povoações. Estou persuadido porém, de que não se deram entre nós as mesmas causas, que n'outros povos, para que tão cruel e repugnante mal se propagasse na mesma extensão, e no mesmo gráu d'intensidade.

A chamada *peste negra*, que em 1348 matava em Paris 500 pessoas por dia, e outros contagios, que por aquelles tempos affligiam e desfalecavam horriavelmente a população europea, creio tambem, que não influíram entre nós tanto como n'outros povos, para a fundação dos hospitaes; porque, se é exacto o que diz o padre Francisco de Santa Maria, *rara vez* houve peste em Portugal antes da tomada de Ceuta, e depois da perda de el-rei D. Sebastião, havendo-a quasi sempre no tempo intermedio. Diz porém o mesmo chronista, que algumas foram tão extraordinarias, que lhes deram os antigos o titulo de grandes; titulo com que elle achou nomeadas tres em differentes memorias: a primeira (1458) que fez tanta mortandade em Lisboa, que esta cidade parecia um ermo; a segunda (1493) que se ateára especialmente na cidade do Porto; a terceira (1569) que foi terribilissima, e se desatou furiosamente por todo o reino, morrendo d'ella, só em Lisboa, oitenta mil pessoas (!); a quarta (1579) na qual se dizia tambem, que em Lisboa chegaram os mortos a quarenta mil (!).

Ora, eu bem sei que no periodo que decorre do senhor D. João I até a fatal batalha d'Alcaer-Kibir, é que os hospitaes mereceram maiores cuidados aos monarchas portuguezes, e parece isso infirmar a minha opinião, ou antes a supposição que ha pouco manifestei relativamente á influencia da peste.

Deve porém notar-se:

Em primeiro lugar: Que já em tempo muito anterior a D. João I havia grande numero de hospitaes no reino. No 3.^o volume da *Historia de Portugal* diz o senhor A. Herculano, que o bispo do Porto e outros, se queixaram ao papa, de que D. Afonso III lhes usurpasse a administração, e os bens dos hospitaes e albergarias. D'este facto, que teve lugar cento e quarenta e tantos annos antes da tomada de Ceuta, infiro eu que deviam já ser muitos aquelles institutos e importantes as suas rendas, para que os bispos allegassem, como fundamento digno de ser ponderado, a supposta usurpação.

E em segundo lugar: Que as providencias, por que nos reinados dos senhores D. João II, D. Manoel e D. João III, se reformaram aquelles estabelecimentos e se regulou o seu serviço, provam, antes de tudo, o proposito de centralisar a respectiva administração, e talvez dirigir vantajosamente o zelo religioso, que multiplicava os hospitaes sem saber aproveitar convenientemente os recursos da caridade particular. Um zelo sincero, mas inexperiente, fazia então, pelo que respeita aos hospitaes, o que agora um zelo irreflectido, se não é um egoismo de classe

indesculpavel, está fazendo pelo que respeita aos monte-pios, que mais cedo ou mais tarde têm de morrer á mingoa de recursos, porque são já sem conto, ao passo que o numero de socios em cada um d'elles é limitado, e não póde com os encargos crescentes da associação.

Pela bulla de Sixto IV, que começa: "*Ex debito sollicitudinis officii pastoralis*" se vê que ainda D. João II não reinava; e já o papa lhe concedia amplos poderes para fundar o hospital de Todos os Santos, e para encorporar n'elle todos os outros hospitaes de Lisboa com os seus rendimentos. Foi effectivamente levantado o hospital de Todos os Santos, refundindo-se n'elle, além de outros, o de Santo Eloy, que havia sido fundado pelo bispo D. Domingos Jardo no anno de 1284, sob a invocação de S. Paulo o Apostolo. Vinte annos depois do terremoto de 1755 foi o dito hospital real (ou de Todos os Santos, como lhe chamavam) transferido para o collegio novo dos Padres da Companhia, onde hoje existe com a denominação de S. José. D'esta pequena digressão verá o leitor, que o hospital de S. José, com quanto seja o maior e mais rico de Portugal, não póde, ainda remontando até a sua origem, recomendar-se por uma alta vetustidade.

A bulla de Sixto IV, a que me referi, é de agosto de 1479, e d'ella se depreheende que foi solicitada com o fundamento e sob condição de D. João II "construir um hospital com amplas e commodas officinas para a caritativa hospitalidade dos pobres, peregrinos, invalidos (*languidorum*, diz a bulla) enfermos e outras pessoas miseraveis." Em 1345, reinando já o mencionado principe foi expedida outra bulla de Innocencio VIII, com os mesmos amplos poderes.

Na presença de tão calamitosos insultos da peste, que o nosso paiz já havia soffrido, parece que nem levemente se allude a elles no pedido, como se não allude na concessão.

E é cousa notavel, que nos poucos livros e papeis, que pude folhear, não deparasse eu senão com algumas raras provisões do governo relativas á peste, e encontrasse noticias sobre noticias de preces, e fundações d'ermidas, para aplacar a furia do contagio. Por exemplo: o governo da cidade e o povo de Lisboa, atemorizados pelo *incendio do mal*, correram á igreja de S. Domingos, e tomaram Nossa Senhora do Rosario por sua advogada, obrigando-se com voto a solemnizarem as suas festas. D. Manoel nos principios do seu reinado, confiando na intercessão e valia de S. Roque, manda pedir á Senhoria de Venezia algumas reliquias do corpo do Santo, as quaes foram recebidas com grande applauso e consolação de todo o povo. Manda depois levantar-lhe uma ermida, que foi começada em março de 1506, e sagrada pelo bispo D. Duarte em fevereiro de 1515. Instituiu-se logo uma confraria, em que o rei, a rainha, os infantes, e muitos nobres e populares se inscreveram.

São muitos os factos que persuadem, que n'aquelle tempo havia mais confiança no poder da oração do que nos recursos da sciencia. Um ou outro alvará, que me citem do tempo de D. Manoel, não destrue a minha asserção. Setenta e tantos annos depois da primeira grande invasão da peste, e quarenta e tantos depois da segunda, é que se prohibiu que saíssem dos navios as pessoas que vinham a Lisboa de logares impedidos do contagio.

Dizem-me que posso juntar a isto o silencio dos dois registos geraes, que se acham no cartorio do hospital de S. José, e que abrangem os reinados de D. João II, D. Manoel e D. João III. Não posso

verificar o facto; mas nos alvarás e provisões que rebusquei pude notar alguns respectivos a certo mal, que não obstante pertencer-lhe logar distincto na historia das enfermidades, que têm affligido o genero humano, não devo suppor que fosse mais digno da consideração e cuidados dos nossos reis, do que a peste, a respeito da qual o silencio dos registos arguiria menos solicitude.

A oração póde ser, e é um preservativo grato á Divindade; mas á sciencia, que é de Deus, deviam tambem pedir-se com igual fervor e confiança as prevenções, e os remedios necessarios para debellar ou evitar os calamitosos effectos do contagio.

Talvez me digam que o proposito de centralisar a administração e serviço dos hospitaes era suggerido pela necessidade d'acudir com providencias efficazes ás invasões da peste, e que era uma das mais importantes, porque assim se proporcionavam a maior numero de doentes os meios de se curarem, facilitando aos empregados o tratamento das enfermidades. Se assim foi, sinto que não me fosse possivel encontrar expressa menção de um motivo tão justo nos diplomas que consultei, e que das differentes pessoas a que recorri nenhuma pudesse indicar-m'os como eu precisava.

E certo porém, que D. João II encorporou varios hospitaes de Lisboa no de Todos os Santos. De quinze, que pelos annos de 1485, havia em Santarem, fez elle um só (o de Jesu-Christo) por auctorisação de Innocencio VIII. D. Manoel em 1501. obteve de Alexandre VI um breve para encorporar no hospital de Todos os Santos os mais hospitaes que se achavam dispersos por differentes partes do reino. Este breve que o padre João Baptista de Castro diz que começa: "*Perentes in desiderius cordis nostri, ut hospitalia*" não sei porque não existe no cartorio do hospital de S. José, nem certidão ao menos. Entretanto, em occasião mais opportuna, se me não faltar tempo e paciencia, tenciono fallar a respeito d'elle e de outros diplomas, para averiguar até que ponto são justas ou injustas as disposições, porque em 17 de janeiro de 1851 a commissão administrativa da Santa Casa da Misericordia regulou a admissão dos doentes nas enfermarias do dito hospital.

Pelo que respeita á cidade de Coimbra havia ali grande numero de hospitaes e albergarias, que em tempos antigos tinham sido erectos pelos fieis para soccorro dos pobres enfermos, peregrinos e desamparados; D. Manoel impetrou de Julio II concessão para fazer de todos aquelles institutos um só, e para esse fim edificou o hospital de Nossa Senhora da Conceição.

N'outras cidades e villas do reino teve logar a mesma refundição. (Continúa.)

— Falsas lendas religiosas, falsas ou verdadeiras lendas humanas nunca salvaram um paiz, quando a podridão penetrou no amago da arvore social. Onde e quando o homem renega da sua origem divina, vende a liberdade a troco de delicias, esquece que o elevar-se acima de viciosas paixões traz um goso interior que vale bem todos os que dão os sentidos, não é lisonjeando-lhe vaidades, que nem se quer respeitam a magestade de Deus, que o havemos de revocar ao sentimento da dignidade e do dever.

A. HERCULANO. — *Solemnia Verba.*

— Não se introduziu a dignidade no mundo senão para abrigo d'aquelles, que a não logram. Advirta o privado ao principe o que deve a todos em commum, e a cada um em particular.

PADRE A. VIEIRA.